

TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: UMA ANÁLISE DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE BRAGANÇA-PA

TOURISM, CULTURAL HERITAGE AND PRODUCTION OF SPACE: AN ANALYSIS OF THE HISTORIC CENTER OF BRAGANÇA CITY, AT THE STATE OF PARÁ

Alessandra Silva Lobato

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil, alessandrageo19@yahoo.com.br

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivos analisar os desdobramentos das políticas e ações de turismo e de preservação do patrimônio cultural que intervêm na produção do espaço do centro histórico da cidade de Bragança e como ocorre a participação dos agentes ligados ao turismo e ao patrimônio cultural no processo social e histórico da produção do espaço do centro histórico de Bragança. Foram realizados levantamentos e análises bibliográficas e documentais; entrevistas semi-estruturadas. O Estado é um agente que intervêm no espaço com a elaboração, criação de ações que visem à preservação. A população local, também, tem contribuído de forma significativa com a preservação do patrimônio cultural em um sentido amplo, através de suas vivências com um dos maiores expoentes do patrimônio bragantino, a Marujada de São Benedito. Quanto ao turismo vários são os agentes presentes naquele espaço: a população local, os movimentos culturais e o Estado que é um dos principais a induzir o turismo naquele lugar, entretanto isso tem ocorrido apenas muito recentemente.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Turismo. Centro Histórico. Bragança. Produção do Espaço.

ABSTRACT

This research aims to examine the ramifications of the policies and actions of tourism and preservation of cultural heritage involved in the production of space of the historic center of Bragança city and how the participation of agents linked to tourism and cultural heritage occurs in the social and historical process of the production of space of the historic center of Bragança. Surveys and bibliographical and documentary analysis were performed; semi-structured interviews. The State intervenes in the space with elaboration and creation of actions that aim at preservation. The local population has also contributed to the preservation of cultural heritage, through their experiences with one of the greatest exponents of Bragança's heritage, the "Marujada" of "São Benedito". Related to the tourism, there are many agents present in that space: the local population, the cultural movements and the State which is one of the major to induce the tourism in that place, however this has only occurred very recently.

Keywords: Cultural Heritage. Tourism. Historic Center. Bragança. Production of Space.

Artigo recebido para publicação em novembro de 2014

Artigo aceito para publicação em março de 2015

INTRODUÇÃO

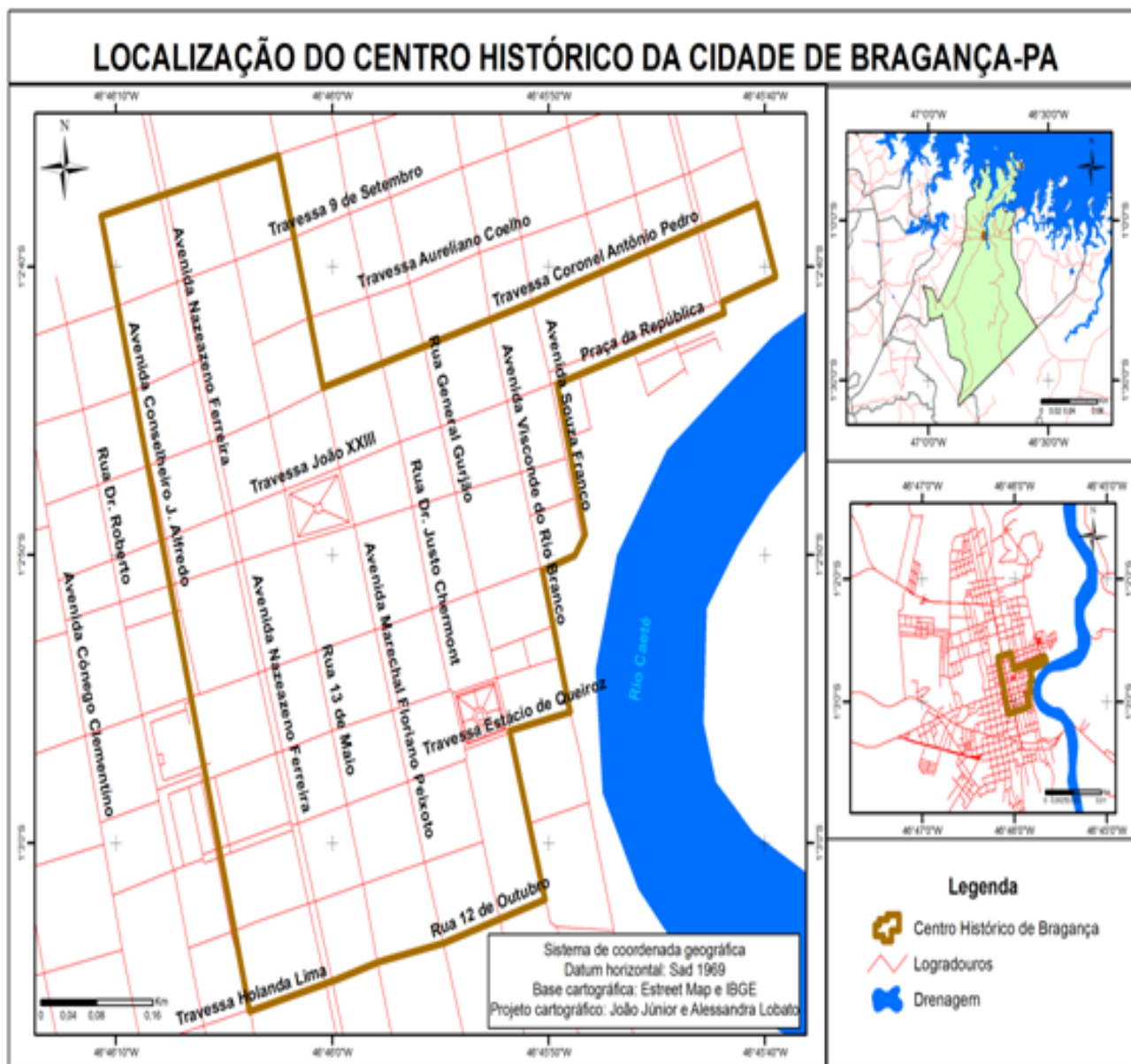
Este artigo trata-se de uma síntese da dissertação de mestrado intitulada: Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA, que foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, entre março de 2012 e março de 2014.

Trata-se de uma pesquisa que teve como objetivos analisar os desdobramentos das políticas e ações de turismo e de preservação do patrimônio cultural que intervêm na produção do espaço do centro histórico da cidade de Bragança, no período compreendido entre os anos de 2001-2011, buscou-se, também, identificar e analisar a participação dos agentes ligados ao turismo e ao patrimônio cultural na produção do espaço do centro histórico de Bragança.

Nesse sentido cabe ressaltar que pensar no processo de produção do espaço amazônico não é tarefa simples, haja vista que as especificidades da região são elementos fundamentais para análise desse processo. O significado do rio é essencial para a compreensão dessa dinâmica, pois a grande extensão da rede hidrográfica na Amazônia caracteriza algumas dinâmicas socioespaciais que se dão na região. No entanto, é necessário frisar que a ferrovia construída no final do século XIX que ligava Belém à cidade de Bragança desempenhou uma função fundamental no processo de ocupação e povoamento da região nordeste do Estado do Pará, como será tratado adiante.

Esta pesquisa teve como objeto empírico de análise o centro histórico do município de Bragança (Mapa 01), localizado a aproximadamente 210 quilômetros da capital Belém. Trata-se de uma cidade cujo processo de produção do espaço envolveu várias atividades e agentes que imprimiram naquele espaço rugosidades espaciais (SANTOS, 2008) que permanecem na paisagem urbana.

É necessário destacar o quanto a região amazônica carece de estudos sobre a análise da produção do espaço que revelem como decorrem processos, implicações e conflitos de ordem econômica, política, social e cultural e, em especial neste trabalho, o centro histórico da cidade de Bragança, vista como possuidora de especificidades de uma cidade histórica da Amazônia, considerada por alguns historiadores como uma das mais antigas do estado do Pará.



Mapa 1. Localização do centro histórico de Bragança-PA. Organizado por: João Júnior e Alessandra Lobato, 2013.

O trabalho está constituído em quatro seções. Na primeira discute-se sobre turismo, federal de preservação do patrimônio cultural no Brasil e no estado do Pará. Na terceira analisa-se a produção do espaço e o patrimônio herdado de Bragança; e por fim discute-se a questão patrimonial em Bragança e o planejamento do turismo, através dos desdobramentos das políticas, planos e ações na produção do espaço.

Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: algumas considerações

O turismo, como nos mostra Bertonecello (2010), é um fenômeno de longa data, que se expandiu a partir da Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, o segmento mais expressivo era o chamado turismo de massa, que, com o passar do tempo, passou a competir com outros segmentos, a exemplo do ecoturismo, turismo de eventos, negócios e cultural – este último será exposto de maneira mais precisa no item três deste capítulo. No entanto, estas distintas manifestações e expressões do turismo sobre o espaço apoiam-se nos deslocamentos necessários à prática do turismo, provocando modificações nos espaços emissores e receptores e nos próprios espaços de deslocamento, como destacou Cruz (1999).

Enquanto atividade econômica consolida-se a partir do século XX, convertendo o espaço em objeto de consumo, com algumas de suas porções sendo apropriadas para o desenvolvimento e ampliação da atividade. Neste sentido, percebe-se o quanto as discussões sobre o espaço se revelam necessárias, tanto para a compreensão dos agentes que atuam sobre ele, quanto pela análise e compreensão da organização atual. O espaço

Reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 2008, p. 33).

É constituído social e historicamente através do trabalho, fruto da articulação das relações sociais, como destacou Santos (2008). As necessidades apontadas pelo autor são permeadas de ações e intenções que contribuem para a constituição de objetos espaciais e irão provocar transformações no espaço.

Quando se trata da produção do espaço, é necessário compreender que esta envolve um processo conflituoso e contraditório, inclusive quando se refere ao turismo, como será analisado adiante. O turismo é, “antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (CRUZ, 2003, p. 5). A cultura neste contexto será fortemente assentada por ser o turismo uma prática social.

Percebe-se que o turismo proporciona ao espaço a introdução de objetos que irão permitir a realização da atividade, bem como mudanças sobre os objetos preexistentes, com o intuito de alterar os significados para atender a um novo processo, como ressalta Cruz (2003).

Para Lefebvre (1974) o desenvolvimento da atividade turística apresenta estreita relação com o desenvolvimento do modo de produção capitalista do espaço. Observa-se que “com a indústria do ócio, o capitalismo tem se amparado nos espaços deixados vagos: o mar, a praia, a alta montanha. Tem criado uma indústria nova, uma das mais potentes: a indústria do ócio” (Idem, 1974, p. 221).

Os espaços influenciados pelo turismo e o lazer são espaços de aparências, aprisionados ao mundo das imagens que infligem à redução e ao simulacro. Amortizam a apropriação enquanto “mercadoria de uso temporário” decidida pelo tempo de não-trabalho (CARLOS, 1999).

O patrimônio envolve herança e propriedade, como aponta Paes (2010). Apresenta-se enquanto elemento espacial significativo e constituinte da própria identidade cultural. Sendo ele constituinte da identidade, é marcado por valores e significados que determinado grupo lhe confere. O patrimônio cultural compreende ainda várias dimensões, representando ideias e valores abstratos. É visto como um elemento mediador entre “diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais” (GONÇALVES, 2005, p. 16).

Para Paes (2009), uma das formas mais recorrentes para se interpretar o patrimônio remete à história sociocultural que deve ser preservada. Essa necessidade conduz à compreensão das dimensões cultural, técnica e política.

Cultural, porque somos nós, homens, no exercício da cultura, que elegemos o que deve ser preservado, imprimindo uma dimensão valorativa aos bens materiais ou intangíveis. Técnica, pois devemos desenvolver saberes, instrumentos e normas para levar a termo o processo de preservação. Política, porque esta seleção e normatização dos bens que devem ser patrimonializados envolvem ações e decisões, resultantes de conflitos de interesses, que devem

ser normatizadas – o tombamento é, assim, uma ação cultural, técnica e política (PAES, 2009, p. 163-164).

Neste sentido, a patrimonialização abarca “um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais” (PAES, 2009, p. 164). Tratar de questões voltadas a esse tema requer o entendimento de que esse processo é conflituoso e contraditório na produção do espaço.

Paes (2010) ressalta ainda que a memória ou o tempo são elementos que, em distintas escalas e extensões espaciais, compartilham de esquemas e formas de estruturar a explicação simbólica do mundo e da vida cotidiana.

Nas últimas décadas, a valorização do patrimônio cultural para fins turísticos tem evidenciado a associação entre o “urbanismo e o planejamento do território na produção de imagens e discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território” (PAES, 2009, p. 166). Neste sentido, “as imagens valorizadas, construídas ou recuperadas com o objetivo de mercantilização das paisagens, de fortalecimento dos lugares e de produção de territorialidades, participam de uma construção simbólica com base espacial” (Idem, 2009, p. 166).

O turismo cultural se favorece desse consumo do patrimônio que, transformado em mercadoria, é vendido como algo que transpira cultura. (...) em geral o consumo turístico do patrimônio aparece dentro de um campo reificado e fetichizado, algo que distancia a compreensão da inserção dos bens culturais na esfera das vivências sociais e mesmo dos processos sociais que os geram (NIGRO, 2010, p. 75).

Assim observa-se que o patrimônio cultural possui uma íntima ligação com o desenvolvimento do turismo cultural. Este segmento apropria-se dos patrimônios, que são em alguns casos “vendidos” para o consumo dos turistas. No entanto, existem situações nas quais o desenvolvimento da atividade turística pode contribuir para a preservação de bens patrimoniais. Mas, para que isso ocorra, há necessidade de que a população local perceba os patrimônios como sendo parte de suas identidades e

que participem das ações voltadas ao desenvolvimento do turismo nas cidades e das políticas ligadas à preservação do patrimônio, pois “as políticas culturais não deveriam ser, como ocorre, diretrizes e estratégias para ação de órgãos e áreas culturais, destinadas ao uso de órgãos e áreas culturais e respectivos públicos” (MENESES, 1992, p. 95), elas devem ir além.

A trajetória da política federal de preservação do patrimônio cultural no Brasil e no estado do Pará: breve análise

Nessa seção apresenta-se a trajetória da política de preservação do patrimônio no Brasil e no estado do Pará. Nota-se que essa trajetória pode ser dividida em duas fases: a “fase heróica” e a “fase moderna”.

A fase heróica corresponde o período entre décadas de 1930-1960. As discussões sobre patrimônio começaram a ganhar espaço no Brasil ainda nas primeiras décadas do século XX. Fonseca (1997) propõe uma periodização do processo de implementação das políticas de preservação do patrimônio, destacando que, a partir da década de 1920, a temática do patrimônio passou a ser considerada politicamente relevante, implicando a participação do Estado. Neste período, alguns grupos passaram a debater a proteção de monumentos históricos, o que fez surgir as primeiras inspetorias estaduais nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

No âmbito social e político, o Brasil vivenciava o período da ditadura militar. Fatos como o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937, provocaram mudanças na vida política e cultural da população brasileira. Estes fatos contribuíram para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936, como destacou Fonseca (1997).

O movimento modernista foi de grande relevância para as transformações que começaram a ocorrer na área do patrimônio. O Modernismo trouxe para aquele momento propostas novas e revolucionárias, mas também reivindicava a tradição.

Na fase heroica apontada por Fonseca (1997), era nítida a centralização do poder, bem como das ações e dos agentes envolvidos nos processos de salvaguarda, realizadas quase que exclusivamente sobre o patrimônio histórico. Neste período, a política de patrimônio seguia os moldes do que se propusera para a Nação. Houve grupos que se opuseram à prática exercida naquele momento. A postura adotada pelo SPHAN, e em especial pela rede criada por Rodrigo Melo Franco, gerou conflitos com regionalistas do nordeste.

Na fase denominada “moderna” que se constituiu a partir da década de 1970 começou influenciada pelos debates da década anterior e também pelos acontecimentos que estavam ocorrendo a nível nacional. Na gestão de Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura, criou-se a Política Nacional de Cultura, que teve como objetivo a inserção da cultura em uma política de desenvolvimento social traçada para aquele período (CHUVA, 2012).

Foram criados órgãos e projetos de intervenção voltados ao patrimônio. Algumas ações foram o Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) (FONSECA, 1997; OLIVEIRA, 2008). A descentralização das ações passou a ser um dos princípios da nova política que começava a ser delineada no campo cultural.

No estado do Pará De acordo com Lima (2012), a atuação do IPHAN no Pará iniciou em 1979, quando foi criada, em Belém, a 1ª Diretoria Regional do SPHAN, sendo o primeiro titular o arquiteto Jorge Derenji, que veio integrar a primeira turma de professores do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará (UFPA) e se estabeleceu na cidade.

Inicialmente, a 1ª Diretoria abrangia todos os estados e territórios federais da região norte. No entanto, devido à grande extensão territorial, logo se criou mais uma representação, desta vez no estado do Amazonas, “reagrupando os estados em menor número. Esta situação perdurou até 2009, quando o Instituto expande sua estrutura organizacional para todos os estados brasileiros” (LIMA, 2012, p. 79), instituída pelo Decreto nº 6.844/2009.

Os primeiros anos foram marcados por um quadro técnico bastante reduzido, o que fez o IPHAN buscar parcerias com os municípios no intuito de identificar e proteger o patrimônio cultural desses lugares. Esta prática não foi exclusiva da região norte. De maneira geral, o órgão buscou atuar junto aos municípios brasileiros, apesar das dificuldades de articulação entre as esferas de poder e de gestão de políticas e ações ligadas ao patrimônio.

Ressalta-se que, no Pará, a diversidade patrimonial é representativa tanto do ponto de vista material quanto imaterial; várias cidades “nasceram” às margens de rios como o Amazonas, o Tocantins entre outros, e tiveram influencia direta de seus colonizadores tanto nas formas como nos conteúdos que envolveram o processo de produção do espaço.

Lima (2012) ressalta que, no estado, houve a influência modernista na década de 1920 com a vinda de vários intelectuais. Esse período foi marcado pela movimentação e organização de vários grupos de artistas e intelectuais nas capitais brasileiras, que buscavam uma renovação do cenário nacional, principalmente, dos elementos ligados ao passado e à tradição.

A configuração das políticas no Pará, em certa medida, espelhou-se nas políticas nacionais, mas, com o passar do tempo, notam-se mudanças em relação à preservação dos bens. Ampliou-se o conceito de patrimônio, manifestações populares, saberes e ofícios passam a ser incorporados nesse contexto de transformações.

Produção do espaço e o patrimônio herdado de Bragança

Nessa seção apresenta-se a produção do espaço e o patrimônio herdado de Bragança (figura 1). O processo de produção do espaço bragantino ocorreu de forma diferenciada, do ponto de vista político, econômico, social e cultural. Em um primeiro momento, a ocupação e colonização da Amazônia ocorreram em grande parte através dos rios, com a presença de fortificações militares e ordens religiosas. Porto-Gonçalves (2001) aponta que esses processos desenvolveram-se “entre a cruz e a espada”.

A ocupação da Amazônia nasceu sob o signo da disputa territorial de uma geopolítica de caráter colonial. Franceses, ingleses, holandeses, portugueses e espanhóis deixaram suas marcas no território amazônico. Não apresentando para os portugueses, pelo menos no início, as mesmas condições de exploração comercial de outras áreas de seus vastos impérios coloniais, a Amazônia passou a ser vista como uma reserva, como um potencial de exploração futura sobre o qual, no entanto, haveria que se firmar a soberania (Idem, 2001, p. 80).

É diante desse contexto que Porto-Gonçalves (2001) irá tratar não de uma Amazônia e sim de várias “Amazônias”, pois a extensão territorial da região contribuiu para que os processos ocorressem de maneira diferenciada.

De acordo com Nonato da Silva (2006), o primeiro núcleo populacional da atual cidade de Bragança foi organizado pelos colonizadores portugueses, que conquistaram o território a partir da colonização na região do Rio Caeté ou Caité (A junção *caa + y + eté*, seria “mato bom, verdadeiro”, na língua tupi). A região era habitada principalmente por indígenas e teve várias denominações até chegar à atual.

O processo de colonização da região iniciou ainda no século XVII, mais precisamente em 1613, com as expedições que adentraram o espaço amazônico na busca pelo reconhecimento do território. Primeiro com os colonizadores franceses, com a expedição do senhor de La Ravardière, Daniel de La Touche, pelo rio Amazonas e depois com os portugueses, com a expedição de Pedro Teixeira.



Figura 1. Frente urbanizada da Cidade de Bragança: observe a intensa presença de pequenas embarcações de pesca (Trabalho de campo, arquivo pessoal da autora, 2010).

Com o passar do tempo, esse espaço foi se transformando, o rio passou a dividir espaço com outros meios que permitiram a circulação como a ferrovia e as rodovias. O espaço foi modernizando-se com a implementação de novas técnicas e equipamentos urbanos. A chegada da EFB promoveu novas transformações àquele espaço. Se antes o rio era a principal via da região, com a estrada de ferro passou a dividir a circulação, o que também ocorreu com a abertura das rodovias.

A construção da Estrada de Ferro Bragança, no século XIX, foi um momento de grandes transformações na produção do espaço bragantino. Dentre os fatores que a motivaram, a intenção de acentuar a colonização da região foi um dos mais expressivos. Várias vantagens foram oferecidas a imigrantes nacionais e estrangeiros, o que provocou “considerável impulso e desenvolvimento social e econômico” (CRUZ, 1955, p. 67).

Além deste, havia a necessidade da “ligação efetiva com o Maranhão e a conquista eficiente do sertão intermediário” (ÉGLER, 1961, p. 77). Este projeto estava associado ao objetivo mais amplo de sanar os problemas decorrentes da “intensificação do povoamento e conseqüente aumento da produção agrícola” (Idem, 1961, p. 77).

Naquele período, era interessante criar uma área produtora de gêneros agrícolas para abastecer os seringais; o projeto tornou-se, assim, necessidade naquele momento, e foi possível graças aos impostos obtidos pelo governo da Província, que geraram um capital capaz de financiar essas ações que provocaram significativas transformações socioespaciais na região.

A partir da década de 1960 a EFB foi desativada e a região passou por sérias transformações, principalmente nos municípios que se desenvolveram a partir da estrada de ferro. A produção agrícola declinou e isso contribuiu para a extinção de algumas colônias agrícolas. Além disso, ainda na década de 1950, teve início a construção da rodovia Belém-Bragança, configurada paralela à EFB, que posteriormente serviu como eixo para a criação da Belém-Brasília (BR-010) e Rodovia Pará-Maranhão (BR-316) (IDESP, 1977).

Um novo padrão de organização se instalou na região, o padrão rodoviário. Esse padrão permitiu transformações do ponto de vista da circulação, tanto de pessoas quanto de mercadorias, entretanto ressalta-se que Bragança não se tornou a principal centralidade da região nordeste, papel este exercido por outras duas cidades Castanhal e Capanema.

Ressalta-se que Bragança possui um representativo acervo arquitetônico, que se constituiu ao longo do processo de produção da cidade: são edificações, palacetes, coreto e praças que remontam a períodos da economia da borracha e da estrada de ferro, que influenciaram social, cultural e politicamente a pequena cidade. Além do patrimônio arquitetônico, cabe ressaltar o patrimônio imaterial, representado pelas manifestações religiosas, culturais, os saberes e ofícios e as próprias vivências.

A questão patrimonial em Bragança e o planejamento do turismo: desdobramentos das políticas, planos e ações na produção do espaço

Observou-se que o poder público municipal reconhece o patrimônio cultural da cidade expresso na paisagem urbana não somente pelas formas espaciais, resquícios de um passado, mais também pelas

manifestações culturais e religiosas. Isso pôde ser constatado quando os técnicos da Secretaria de Cultura e Desporto foram questionados sobre como observavam o patrimônio cultural da cidade de Bragança.

Bom, eu percebo que o patrimônio cultural é bastante diversificado, bem é assim muito rico e ainda mal explorado por uma série de fatores, tanto faz ser pelo poder público, a gente tem muita falha em relação a isso; eu sei que a gente tem que dar a cara a bater eu sei que é verdade, e também, por um processo mesmo de que, ao longo do tempo, apesar de ter um patrimônio cultural grande, assim rico, diversificado, mas nunca teve uma política assim efetiva que melhorasse, desse mais visibilidade, leis mesmo. Leis nem sempre saem do papel, mas ações mais concretas de fato sim, assim ainda tá se buscando isso, mas o patrimônio cultural que a gente tem aqui, o patrimônio histórico edificado, nós temos patrimônio material, diversas manifestações né, temos festival junino, temos bois, pássaros juninos, temos os ofícios né, tem uma série de diversidade assim que nem mesmo o poder público tem ciência do que tem no município, porque a gente não tem um inventário pra ter uma noção assim, quantificar o tamanho desse patrimônio (Técnico da Secretaria de Cultura e Desporto do Município de Bragança. Entrevista concedida durante trabalho de campo realizado em julho de 2013).

Como se pode constatar a partir dos depoimentos acima, o poder público local tem conhecimento da diversidade do patrimônio cultural em Bragança e das lacunas que existem em relação à sua preservação ou conservação, o que se liga a uma série de fatores.

Ressalta-se que, na década de 1990, mais precisamente no ano de 1995, o poder público municipal chegou a instituir uma legislação sobre o patrimônio cultural de Bragança; foi a Lei 3.120/95 que dispunha sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental de Bragança e dá outras providências.

Analisando as orientações presentes na lei, observa-se que ela indica medidas bem atuais para o contexto da época. No entanto, essa lei não tem sido aplicada na prática. Além disso, destaca-se que, apesar do vasto patrimônio presente na cidade, até o início do século XXI não se tinha nenhum bem tombado pelo poder público. Isso evidencia como o patrimônio torna-se cada vez mais suscetível as

diversas situações, que vão desde a depreciação pelo tempo até as de caráter humano como a depredação, a especulação imobiliária entre outros.

A partir de meados dos anos 2000, o poder público municipal instituiu outros instrumentos que visavam atender as demandas referentes à proteção e à preservação do patrimônio cultural. Com isso, uma das primeiras menções ao patrimônio nesse período foi posto no Plano Diretor Participativo de Bragança criado através da Lei n.º 3.875, de 10 de outubro de 2006. Posteriormente, criaram-se dois decretos de tombamentos que visavam à preservação de alguns imóveis localizados no centro histórico da cidade. O primeiro decreto criado no ano de 2006 e o segundo em 2008, totalizando o tombamento de doze imóveis e um coreto.

Analisando-se as diretrizes estabelecidas no plano diretor, percebeu-se que elas englobam um conjunto de ações fundamentais para a preservação. No entanto, a maior parte do que foi proposto não se cumpriu e prazos não foram cumpridos.

Outros instrumentos criados ao longo da primeira década do século XXI foram os decretos de tombamentos. Como mencionado anteriormente, a criação teve como objetivo tentar preservar alguns prédios históricos de valor histórico e cultural que se encontravam bastante ameaçados. Ressalta-se que, no centro histórico, há mais edificações que poderiam ter sido tombadas. No entanto, os critérios de seleção levaram à determinação de apenas treze bens.

Ao analisar os decretos supracitados, constata-se que eles são resultados de um processo no qual o tombamento é um instrumento que deve ser entendido como resultante de uma ação que é cultural, técnica e política (PAES, 2009). Nota-se que os decretos foram criados com o objetivo de tomar alguns imóveis de Bragança no intuito de preservá-los, pois lhes foi dado um determinado valor. Além disso, envolveu um processo de seleção resultante dos interesses e conflitos da equipe que constituiu a Secretaria de Planejamento do município naquele momento.

Sabe-se que o instrumento de tombamento não garante que efetivamente o bem será preservado, mas é uma ação que pode contribuir com a concretização de outras ações como, por exemplo, o acesso a

editais de fomento a requalificação urbana, reforma e restauro lançados tanto por órgãos estaduais quanto federais¹.

No centro histórico de Bragança não há nenhum bem tombado pelo IPHAN o que faz com que a atuação desse órgão seja bastante frágil, apesar de ambas as partes - IPHAN e município - afirmarem que existem parcerias. Observa-se que existiram ações, mesmo sendo elas pontuais ou ocorrendo em um determinado período de tempo.

A nível estadual tem-se em Bragança dois tombamentos sendo eles: o imóvel de Sebastiana Vanda Fernandes de Medeiros decretado pelo Ato de 15 de setembro de 1999 e o polígono incluindo o Complexo da Igreja de São Benedito (Templo, Barracão da Marujada e Coreto), localizado na Praça 1^ª de outubro. Esse foi decretado através do Ato de 11 de setembro de 2006. O tombamento desses imóveis, tratou-se, também, de medida para resguardar esses patrimônios.

Outra ação importante em relação à discussão e preservação do patrimônio cultural em Bragança ocorreu no ano de 2009. A Marujada de São Benedito foi declarada patrimônio cultural e artístico do Estado do Pará, através da Lei Estadual n^o 7.330, de 17 de novembro de 2009. Apesar de a manifestação ser bastante antiga e expressar-se como parte da identidade do bragantino, até aquele momento não se tinha um instrumento jurídico para sua preservação. No entanto, ressalta-se que a preservação dessa manifestação sempre existiu e foi realizada pela própria população; marujos e marujas que repassam as novas gerações o conhecimento e os saberes da Marujada. A lei, em parte, representou um avanço em termos de discussão sobre patrimônio em Bragança.

Quanto ao turismo constatou-se que Bragança não dispõe de uma política municipal de turismo, mas conta com um Conselho Municipal de Turismo e diretrizes para o turismo no plano diretor. No entanto, observa-se a necessidade um planejamento turístico mais adequado às especificidades do lugar como será discutido adiante. Além disso, observou-se que por não ter um plano municipal, o município

¹ Essa é uma medida interessante, mas que se não é trabalhada adequadamente pode gerar problemas futuros e outros conflitos entre os agentes tanto os ligados ao patrimônio quanto ao turismo, no caso de utilizar o patrimônio como atrativo para o desenvolvimento do turismo.

seguiu o que era proposto no antigo plano de turismo do Estado (PDT-PA/2001-2011) e no Plano Nacional de Turismo como se constatou também por meio das entrevistas.

O maior fluxo de turistas ocorre em função da procura pelo distrito de Ajuruteua, mas no mês de dezembro o fluxo é maior em função da Festividade de São Benedito. Nos dias 25 e 26 daquele mês ocorre o ponto máximo, como uma procissão que percorre algumas ruas da cidade no final da tarde do dia 26.

A Marujada de São Benedito é uma das expressões que revelam a cultura e identidade de parte da população bragantina, sendo apontada pela própria população como um elemento que pode ser trabalhado pelo turismo. Em parte isso já está ocorrendo mesmo que de forma não totalmente planejada. E percebe-se que essa visão sobre a Marujada começa a ser mais explorada no novo plano de turismo como será exposto adiante.

Constatou-se no plano anterior que determinados segmentos do turismo foram priorizados como o sol e praia e os ligados à natureza. A cultura e o patrimônio praticamente não foram levados em consideração, apesar de constatar-se ao longo capítulo anterior a diversidade patrimonial de Bragança.

Esse quadro começou a mudar com o novo plano estratégico de turismo do Estado Pará, lançado no ano de 2012. O Plano Ver-o-Pará propõe um novo olhar sobre o desenvolvimento do turismo na região, o que se expressa pela inserção de outros segmentos do turismo que não foram priorizados no plano anterior como o turismo cultural.

Novo plano de turismo propõe mudanças quanto às questões relacionadas ao turismo no Estado do Pará. Mudanças no sentido da seleção daquilo que será transformado em mercadoria para o turismo, pois se no plano anterior a natureza foi a maior prioridade, no plano atual busca-se uma aliança maior e uma relação mais estreita entre natureza e cultura, seja material ou imaterial. E isso já começa a se refletir em Bragança.

O fato da cidade ainda não ter um plano municipal de turismo, contribuiu para que grande parte das ações e projetos criados pela Secretaria de Turismo estivesse em consonância com que foi estabelecido nos planos de turismo estaduais como citado anteriormente.

Então assim a gente não poderia te dizer hoje sem esse plano municipal de turismo pronto quais as modalidades ou segmentos que são trabalhados. O que a gente tem como formato hoje? A gente não tem o plano pronto a gente não vai fazer nada, não. A gente vai fazer alguma coisa por quê? por que o que está servindo de base hoje é o plano estratégico de turismo do Estado que já indica o que seria para Bragança, para alguns municípios do pólo Amazônia Atlântica quais seriam as atividades desenvolvidas.

Bragança é um dos municípios turísticos do Estado. Tá demonstrado dentro desse plano estadual de turismo que a gente tem o turismo cultural como sendo o segmento prioritário para o município, mas a gente precisa desse documento construído especificamente na nossa região pra que a gente determine direito quais serão nossas ações por quê? a gente percebe que tem uma grande vocação pro turismo de base local, uma grande vocação pro turismo rural entendeu, então a gente gostaria de dar a mesma importância para outros segmentos né.

Então especificamente nessa situação do plano, enquanto a gente não tiver o nosso pronto, nós estamos seguindo o plano estratégico do Estado (Técnica da Secretaria de turismo de Bragança. Entrevista concedida durante de trabalho de campo realizado em julho de 2013).

Para mostrar um reflexo do que já vem sendo trabalhado pelo município quanto ao turismo, cita-se um projeto criado pela Secretaria de Turismo para o desenvolvimento do turismo religioso. No ano de 2013, o projeto “Fomento ao turismo religioso com foco na festividade de São Benedito em Bragança-PA” foi selecionado pelo Ministério do Turismo. O objetivo é justamente o apoio à manutenção da festividade.

Nota-se que começa a ocorrer uma mudança da concepção de turismo que se pretende desenvolver no município muito recentemente. Por muito tempo, principalmente, no período de vigência do plano de turismo anterior, observou-se que o patrimônio natural esteve entre as prioridades para o desenvolvimento da atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O centro histórico de Bragança expressa em sua paisagem urbana rugosidades espaciais (SANTOS, 2008), que constituem a diversidade patrimonial local. Não se tratam apenas de edificações antigas, mas também de um patrimônio vivo, expresso nas manifestações culturais, religiosas, no modo de ser bragantino e nas vivências. Trata-se de um espaço constituído pela materialidade e pela imaterialidade, que juntos formam aquilo que é tratado como parte da história e cultura do lugar.

Destaca-se que essa integração do município ao restante da região, inicialmente pela estrada de ferro e posteriormente pelas rodovias, contribuiu para o surgimento de outras atividades econômicas, em especial neste trabalho, o turismo. Constatou-se que o fluxo turístico ocorre em função da Vila de Ajuruteua, distante aproximadamente 35 quilômetros do centro urbano. Entretanto, nos últimos anos, tem-se buscado o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural que também constitui o município, a exemplo do que ocorre no centro histórico.

Observou-se que os instrumentos de salvaguarda do patrimônio estão ligados, principalmente, aos decretos de tombamentos. Nos últimos dez anos, foram criados decretos de tombamentos com o objetivo de preservação e conservação daqueles bens que foram selecionados por sua importância histórica e cultural. Ainda na década de 1990 criou-se uma lei de preservação do patrimônio cultural de Bragança, mas que na prática não é executada.

Apesar de se falar na diversidade patrimonial que constitui Bragança, a seleção dos bens que foram patrimonializados constituiu-se em uma ação que é política, pois se trata de uma decisão coletiva sobre o que preservar na memória coletiva da população. Os tombamentos são assim uma ação técnica, política e cultural, (PAES, 2009).

Diante do que foi observado e dos documentos analisados, nos últimos anos, as principais ações referentes à preservação do patrimônio cultural ocorreram com a criação de alguns instrumentos como o Plano Diretor Participativo do Município de Bragança e os decretos e atos de tombamentos municipais e estaduais, além das vivências da população local.

Os tombamentos são apenas uma parte do processo complexo que envolve as ações mencionadas nos decretos. Percebe-se que não basta criar instrumentos, mas é necessário que a fiscalização e a gestão sejam mais efetivas, tendo em vista os projetos e ações que visam à preservação e conservação e criados em parceria entre o município e o estado com o apoio do IPHAN - Seção Pará.

Apesar das observações levantadas a partir da análise dos documentos, destaca-se que esses instrumentos representaram um avanço em relação à discussão sobre a preservação do patrimônio cultural. O reconhecimento pelo poder público estadual da Marujada de São Benedito como patrimônio artístico e cultural do Estado do Pará é um exemplo deste avanço. Como se constatou nas entrevistas, a Marujada de São Benedito é prioridade para a elaboração de ações e projetos para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo e que depois serão ampliados para o patrimônio arquitetônico.

Há uma série de medidas que pretendem envolver o patrimônio cultural de Bragança ao mercado turístico, de acordo com o material analisado. Isso pode ser constatado principalmente como o novo plano de turismo. O plano anterior não enfatizava tanto os aspectos culturais e patrimoniais. Será importante observar como essas transformações irão se processar, já que o novo plano estará em vigência até o ano de 2020.

Dos agentes ligados ao patrimônio, o Estado é o mais representativo do ponto de vista do planejamento e elaboração das ações referentes ao patrimônio e aos instrumentos de salvaguarda desse patrimônio. Em Bragança, ainda não há uma associação de defesa do patrimônio, como as que existem em Belém como a Associação dos Agentes de Patrimônio da Amazônia (ASAPAM), Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém (AAPBel), Associação Cidade Velha Cidade Viva (CiViva), poderia ser uma forma de organização para pressionar o poder público municipal no cumprimento do que já foi estabelecido nos documentos oficiais.

Os agentes ligados ao turismo são bastante diversos. Em Bragança não se observa um caso consolidado de turistificação do espaço, até porque o fluxo turístico é principalmente em função de Ajuruteua. O Estado representado pelo poder público municipal é um dos maiores indutores de ações

voltadas ao desenvolvimento do turismo. Ajuruteua continua sendo o principal local de investimentos pelo município para receber os turistas. Entretanto, nos últimos anos, a questão cultural tem sido mais trabalhada com as orientações do novo plano de turismo que está sendo elaborado.

Os agentes de mercado, representados pelas agências de turismo, são territorialmente reduzidos, mas oferecem city tour pela cidade. Agências de Belém também comercializam pacotes para Bragança. Observa-se assim, a articulação desse mercado – ainda que pequena – existente. Os agentes ligados diretamente com o turismo – donos de hotéis, bares e restaurantes localizados no centro histórico – exercem ações que envolvem a atividade turística. Constatou-se através das entrevistas que eles consideram muito relevante o patrimônio cultural para o desenvolvimento do turismo.

Os moradores que habitam ou frequentam diariamente o centro histórico também participam do processo, mesmo que não estejam envolvidos diretamente com o turismo. Observa-se essa participação na festividade de São Benedito, momento em que ocorre o fluxo mais intenso de turistas depois do período de veraneio. São pessoas comuns que participam das manifestações que ocorrem ao longo de todo o ano, mas que se destacam ainda mais no período da festividade. Isso está relacionado à própria dinâmica social e cultural que eles acabam desenvolvendo nesse período. Vale ressaltar que nas entrevistas com esses agentes, constatou-se que eles não são contra a presença do turismo na cidade. Alguns disseram que a atividade pode realmente trazer benefícios para a população. Entretanto, destaca-se a necessidade de pensar o planejamento e a gestão de uma atividade tão complexa como é o turismo.

Diante do que foi exposto e analisado, conclui-se que o centro histórico de Bragança possui uma diversidade patrimonial representativa: é o patrimônio edificado juntamente com a imaterialidade que constitui aquele espaço. Observa-se que não existe uma política de preservação do patrimônio em Bragança, mas existem instrumentos que podem fornecer a base para isso.

Quanto ao turismo, nota-se que o centro histórico de Bragança possui um potencial para o turismo cultural e que os agentes nos últimos anos começam se interessar mais ainda pelo desenvolvimento

dessa atividade. O patrimônio cultural de Bragança é apropriado pelo turismo, principalmente, pela festividade de São Benedito. Há um trabalho de marketing que é desenvolvido pelo município e pelo Estado, principalmente devido às propostas estabelecidas no novo plano de turismo.

Em síntese, nota-se que os agentes ligados ao patrimônio e ao turismo desenvolvem ações no conflituoso e contraditório processo que é a produção do espaço, a partir dos seus interesses de preservação e transformação do patrimônio cultural em atrativo turístico.

REFERÊNCIAS

BERTONCELLO, Rodolfo. “Turismo y patrimônio, entre la cultura y el negocio”. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Orgs.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 33-53.

BRAGANÇA. Lei nº 3875, de 10 de outubro de 2006. *Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Bragança e dá outras providências*. Bragança, 2006.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. *Relatório de Bens Tombados pelo município de Bragança*. Bragança, 2009.

CARLOS, Ana F. A. “O consumo do espaço”. In: CARLOS, Ana F. A (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Cessou em 1945. Cont. 0102-2571 Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. v. 34. 2012. p. 147- 165. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>. Acessado em: 20 de novembro de 2013.

CRUZ, Ernesto. “A Estrada de Ferro Bragança visão social, econômica e política”. SPEVEA: 1955.

CRUZ, Rita de C. A. da. *Política de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*. 1999. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. *Introdução a Geografia do Turismo*. 2ª Ed. São Paulo: Roca, 2003.

ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no estado do Pará. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 23, n.3, jul./set. 1961. p. 75-103.

FONSECA, Maria C. L. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. RJ, UFRJ/ SPHAN, 1997.

GONCALVES, José R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos (online)*, vol.11, nº 23, 2005. p. 15-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v11n23.pdf>. Acessado em: 20 de julho de 2012.

IDESP. *Caracterização sócio-econômica da região nordeste do Pará*. Belém: IDESP, Coordenadoria de documentação e informação, 1977.

LEFEBVRE, H. *A Reprodução das Relações de Produção*. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

LIMA, Maria D. O IPHAN no Pará: 30 anos na coordenação e implementação das políticas federais no estado. *Revista on line Tucunduba arte e cultura*, nº 3, 2012. Disponível em: <http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/PUBLICACOES/DAC/REVISTA%20-%20TUCUNDUBA%203%20-%20WEB.pdf>. Acessado em: 20 de agosto de 2012.

MENESES, Ulpiano. O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado. In: *O direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

NIGRO, Cintia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Orgs.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80.

NONATO DA SILVA, Dário B. R. (1977 -) Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX". 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém.

_____. *Uma História de Bragança sob novos olhares*. Cartilha. Bragança: Prefeitura Municipal de Bragança / SEPLAN, 2009.

OLIVEIRA, L. L. . *Cultura é patrimônio: um guia*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

PAES, Maria T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. (Org.). *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

_____. Apresentação e Introdução. In: PAES, M. T. D. ; OLIVEIRA, M.. In: (Org.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 13-32.

PARÁ (Estado). *Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT-PA)*. Belém: Companhia Paraense de Turismo – PARATUR; THR- Assessoria em Turismo Hotelaria e Recreação, 2001.

_____. Lei nº 7.330, de 17 de novembro de 2009. D.O.U. n. 31548 de 19/11/2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª Ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2008.